

A imagem como memória e acontecimento: um (per)curso político

L'image comme mémoire et événement: un (par)cours politique

Maraisa Daiana da Silva¹
Marceli Cristina Coelho²

Resumo: A partir do Estudos Discursivos Foucaultianos compreendemos que a história não é contínua, homogênea, linear, nem, tampouco, é construída sob uma verdade. Ao contrário, a história é descontínua, dispersa, heterogênea, é singular e transita entre jogos de verdade, com a necessária ponderação sobre sua singularidade, una e marcada, de forma a levantar a reflexão sobre o modo como os enunciados emergem historicamente e a quais instâncias estão articulados. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo, por meio de um arquivo composto por três materialidades iconográficas, relacionadas a acontecimentos políticos, compreender o modo como se estabelece a relação de intericonicidade entre as três imagens, as quais evocam uma memória discursiva, um já-dito imagético, de mais de meio século, de modo a (re)significar os enunciados que marcaram, historicamente, os acontecimentos políticos.

Palavras-chave: História; memória; acontecimento; intericonicidade.

Résumé: À partir des Études Discursives Foucaultiennes, nous comprenons que l'histoire n'est pas continue, homogène, linéaire et qu'elle n'est pas non plus construite sur une vérité. Au contraire, l'histoire est discontinue, dispersée, hétérogène, elle est singulière et évolue entre des jeux de vérité, avec la nécessaire considération de sa singularité, une et marquée, pour susciter une réflexion sur la manière dont les énoncés émergent historiquement et auxquels les instances sont articulées. Ce travail vise donc, à travers une archive composée de trois matérialités iconographiques, liées à des événements politiques, à comprendre comment s'établit la relation d'intericonicité entre les trois images, qui évoquent une mémoire, une image déjà dite, plus d'un demi-siècle, afin de (re)signifier les propos qui ont marqué historiquement les événements politiques.

Mots clés: Histoire; mémoire; événement; intericonicité.

Introdução

Para um foucaultiano [...], a sociedade, longe de ser o princípio ou o termo de toda explicação, precisa ela própria ser explicada; longe de ser última, ela é o que dela fazem a cada época, todos os discursos e dispositivos de que ela é o receptáculo (Veyne, 2011, p. 45).

Iniciamos este artigo com a citação de Veyne (2011) que aponta para o modo como Foucault, diferente de muitos historiadores, compreende a sociedade e sua configuração. Em uma perspectiva foucaultiana, a sociedade, longe de ser algo acabado, pronto e inalterável, é um organismo vivo e latente que se (re)inventa, se

¹ Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente no Centro Universitário Cidade Verde (UNICV). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0260988973703312>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-0306-3886>. E-mail: maraisa.d.silva@gmail.com

² Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente da Secretaria do Estado da Educação - SEED/PR. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0285190171282257>. OrcID: <https://orcid.org/0009-0005-9206-3280>. E-mail: marceli.coelho@escola.pr.gov.br

(re)constrói. Isso porque ela é moldada por práticas discursivas e dispositivos específicos em cada época, destacando a natureza contingente e operacional do poder. Essa compreensão nos leva a perceber que as relações de saber-poder não são fixas nem inerentes, mas sim produzidas e contestadas por meio dessas práticas. Ou seja, a sociedade é o que fazem dela a cada época, de acordo com os discursos em circulação, sendo, portanto, uma construção histórica, uma produção de verdades em constante transformação (Foucault, 2016), aspecto que requer consideração em nossas análises.

Ao (re)pensar a sociedade, torna-se inevitável (re)pensar também a história, uma vez que, como já destacado, a sociedade é moldada por práticas discursivas e dispositivos específicos em cada momento histórico, entrelaçando-se assim com a história. Nesse sentido, vale destacar que para Foucault (2016), a história não segue uma trajetória contínua, homogênea e/ou linear nem, tampouco, é construída sobre uma única verdade; em vez disso, a história é descontínua, dispersa e heterogênea, visto que é atravessada por acontecimentos. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que essa mesma história tem sua singularidade, visto que cada momento histórico é irrepetível, fazendo com que essa história transite, assim, entre jogos de verdade. Desse modo, é essencial refletir sobre como os enunciados históricos surgem e a que contextos estão vinculados, reconhecendo sua singularidade, mas também sua heterogeneidade, levantando questões sobre como emergem historicamente e a quais instâncias estão articulados.

Diante deste breve contexto, o objetivo deste estudo é compreender o modo como se estabelece a relação de intericonicidade entre três imagens as quais evocam uma memória discursiva, um já-dito imagético, de mais de meio século, de modo a (re)significar os enunciados que marcaram, historicamente, os acontecimentos políticos. Para isso, analisamos três materialidades iconográficas distintas. A primeira, central para essa intercorrelação, foi registrada durante o período da Ditadura Militar no Brasil, quando integrantes do grupo "Teatro em greve contra a censura" protestavam no Rio de Janeiro em fevereiro de 1968. A segunda, produzida em 2018, também durante um protesto político – o movimento #elenão –, foi registrada por um dos membros do grupo "Coletivo Don't Blink" na cidade de Maringá/PR, retratando um grupo de estudantes em protesto. Por fim, a terceira materialidade, registrada por Hermes de Paula/ O Globo, em 2023, é composta por uma imagem política que captura o momento

em que o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aparece sobre a rampa do Planalto com representantes do povo brasileiro.

A abordagem metodológica proposta para este artigo está fundamentada, principalmente, na perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, por nos permitir investigar não apenas os eventos históricos em si, mas também como esses acontecimentos são discursivamente (re)construídos e reinterpretados ao longo do tempo, influenciando a forma como a memória coletiva é moldada e transmitida. Além disso, contamos com as contribuições de Tasso (2013) e Courtine (2011), cujas teorias imagéticas e iconográficas fornecem uma base sólida para interpretar o não verbal, permitindo-nos relacionar história, memória e poder dentro do contexto da materialidade em estudo.

Acontecimento discursivo, história e memória: a política e(m) imagem

Conforme mencionado, Foucault (2016) refuta a concepção de uma história global, aquela que visa reconstituir o conjunto de uma civilização, que busca um princípio, um início, uma significação comum a todos, reconstruindo, assim, “o” rosto de uma época. Em suas problematizações, busca compreender a história como um fenômeno, sem uma origem, nem pautado em uma cronologia, a História Nova não está interessada em reconstruir “o” rosto, mas sim “um” rosto, visto que ela é multifacetada e heterogênea.

É nessa proposta de reconstituição de “um” rosto que situaremos nosso leitor em três importantes acontecimentos discursivos que marcaram a história do Brasil. (i) Ditadura Militar, período de 1964 a 1985, época marcada devido à prática de vários Atos Institucionais (os AI's) que colocavam em ação a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a repressão e a tortura àqueles que eram contrários ao regime militar; (ii) movimento #elenão, uma manifestação que começou nas redes sociais, depois de o candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL) chegar ao segundo turno, e tomou as ruas em 29 de setembro de 2018. O objetivo do movimento era reunir pessoas, em especial mulheres, que eram contrárias às propostas e às declarações de caráter machistas, misóginas, racistas e homofóbicas, proferidas pelo candidato; (iii) posse do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023,

que subiu a rampa do Palácio do Planalto com um grupo de oito representantes da sociedade civil, representando a diversidade do povo brasileiro.

É importante destacar que, para Foucault (2012), o acontecimento discursivo é a irrupção de uma singularidade única e aguda, manifestando-se precisamente no lugar e no momento de sua produção:

O acontecimento não é uma substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (Foucault, 2012, p. 54).

Assim, o acontecimento está na ordem da materialidade, que, nesta análise, será tomada por meio de três fotografias que emergem em uma relação de coexistência, de intericonicidade e dispersão.

A intericonicidade, conforme proposto por Courtine (2013, p. 156), indica que assim como há o "sempre já" do discurso, também há o "sempre já" da imagem.

Uma fotografia, portanto, nunca está verdadeiramente isolada: ela é comparável às formas pré-construídas do discurso e, como elas, pode ser citada, convocada, evocada e igualmente apagada. Em outras palavras, a fotografia constitui um dos quadros sociais essenciais da memória contemporânea, sendo um dos suportes, ao mesmo tempo, material e físico da cultura visual de nossas sociedades (Courtine, 2013, p. 157).

A intericonicidade supõe, portanto, dar um tratamento discursivo às imagens, supõe considerar as relações entre imagens que produzem os sentidos: imagens exteriores ao sujeito, como quando uma imagem pode ser escrita em uma série de imagens, uma arqueologia, de modo semelhante ao enunciado em uma rede de formulações; mas também imagens internas, que supõem a consideração de todo conjunto da memória da imagem no indivíduo. Se nossa discussão é o fenômeno da intericonicidade, procuramos relacionar as imagens atuais com as passadas, a fim de se construir discursividades acerca das relações de saber-poder que se imbricam nas materialidades analisadas.

Diante dessas considerações, é preciso apontar, ainda, que a fotografia, do ponto de vista discursivo, pode ser compreendida como uma narrativa visual que

materializa discursos e pode ser apreendida no exercício da função enunciativa, ou seja, trata-se de um procedimento analítico do enunciado que possibilita, pelo referencial, identificar aquilo de que se fala, a que (ou a quem) o enunciado se refere, sobre o quê (ou quem) o sujeito do discurso diz.

Nessa via, o método foucaultiano possibilita compreender as eventualidades discursivas, em sua singularidade, de como e em quais condições sócio-históricas acontecem. Para tanto, é necessário recobrar que todo enunciado é um acontecimento discursivo e nem a língua nem o sentido podem esgotá-lo totalmente, rompendo, portanto, com uma perspectiva, exclusivamente, linguística.

Para o método arqueogenealógico foucaultiano, o acontecimento discursivo é tudo aquilo capaz de

promover uma modificação na verdade de uma época e alterar a ordem estabilizada dos discursos de uma sociedade em dimensões sociais, culturais e políticas é mais do que um acontecimento factual, datado, descritível e irrepetível historicamente (Tasso, 2013, p. 115).

É a partir dessa discussão acerca do acontecimento que adentramos no período da Ditadura Militar, que perdurou de 1964 a 1985, e em que a utilização da imagem desempenhou um papel multifacetado, oscilando entre ser um instrumento de controle para os governos militares e de resistência para aqueles que se opunham à ditadura. O regime militar usou a mídia e a propaganda como ferramentas primordiais para influenciar a percepção pública e manipular a narrativa histórica a seu favor, como uma forma de validação das suas ações truculentas. Por meio da disseminação de imagens que retratavam estudantes, intelectuais, artistas e militantes de esquerda como 'inimigos da pátria', o governo militar brasileiro justificava suas práticas repressivas, incluindo prisões arbitrárias, tortura e a supressão de direitos civis. As imagens, muitas vezes veiculadas em campanhas publicitárias, apresentavam esses grupos como ameaças à segurança nacional e à ordem pública. Nesse contexto, a manipulação dessas imagens foi instrumentalizada para sustentar e legitimar as ações autoritárias do regime, como a censura prévia à imprensa, a proibição de manifestações públicas e a perseguição política (Costa, 2019).

Simultaneamente, do outro lado, emergiram movimentos de resistência que buscavam confrontar o controle exercido pelo Estado. Esses movimentos, como os de estudantes, artistas e militantes políticos, também reconheceram o papel da imagem e

a utilizaram como uma ferramenta para denunciar a repressão, a censura e as violações dos direitos humanos. Nesse sentido, fotografias, filmes e outras expressões visuais foram empregados para documentar os abusos de direitos humanos perpetrados pelo regime militar, evidenciando as violações dos direitos individuais e coletivos. Além disso, essas manifestações visuais foram empregadas para sensibilizar a população e fomentar a conscientização sobre a necessidade de resistir ao autoritarismo.

Ainda de acordo com Costa (2019), a relação entre a imagem e a Ditadura Militar no Brasil foi marcada por um embate entre o uso propagandístico estatal e a utilização contestatória por parte dos movimentos de resistência. Enquanto o regime militar buscava controlar a narrativa por meio da manipulação visual, os grupos opositores encontravam na imagem uma ferramenta poderosa para confrontar as injustiças e mobilizar a sociedade em prol da democratização e dos direitos humanos. Esse embate evidencia a complexidade e a importância do papel da imagem na construção e na contestação do poder durante esse período histórico conturbado.

Nesse sentido, considerando o uso da imagem como uma ferramenta de visibilidade e de dizibilidade acerca das violências praticadas no regime militar, apresentamos a fotografia, feita em 1968, por Gonçalves, da agência *O Globo*.

Fotografia 1 - Jornal *O Globo*



Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/1968-mulheres-que-lutaram-contra-ditadura-contra-machismo-22759477>. Acesso em 12 mar. 24.

Nesta fotografia, uma das peças que reconstroem o grande mosaico da Ditadura Militar no Brasil, temos, na linha da visibilidade, um cordão de mulheres artistas que foram às ruas em fevereiro de 1968, no Rio de Janeiro, para protestar contra a censura instaurada nesse momento histórico, principalmente a censura ligada à arte. As artistas, Eva Todor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara, Cacilda Becker e Norma

Bengell, colocam-se a frente da manifestação, de mãos dadas e cabeças erguidas, num ato de coragem e enfrentamento das situações vivenciadas naquela época.

A iconografia em questão pode ser compreendida a partir do movimento feminista que, em 1968, ainda não era consolidado no país, e era tido, dentro de outros movimentos, como uma pauta secundária. De acordo com Cardoso (2004), o feminismo, no Brasil, caracterizado como de “segunda onda”, surge na década de 1970, em meio à Ditadura Militar, tendo como principais articulistas mulheres que passaram pelo exílio.

Com os “anos de chumbo” da ditadura militar, várias mulheres brasileiras seguiram para o exílio e uma vez fora do Brasil elas fundaram grupos feministas no exterior. Quatro deles ganharam destaque: o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado por Zuleika Alembert, no Chile, durante os dois primeiros anos da década de 1970; grupo de autoconsciência, fundado por Branca Moreira Alves, em Berkeley, Estados Unidos, no início dos anos 70; o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, fundado em abril de 1976, por um grupo de mulheres brasileiras, e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado, na França, em 1972 (Cardoso, 2004, p. 41).

O contato dessas mulheres com o movimento feminista em ebulição na Europa contribuiu para que o feminismo ganhasse força no Brasil e atraísse um número crescente de adeptas³.

Nesse empreendimento, a materialidade significativa, imbricada entre o verbal (por meio das faixas e cartazes) e visual (seja em primeiro ou segundo plano), entre a história e a memória, discursiviza o Regime Militar e a participação ativa das mulheres no enfrentamento à censura e à violência, sendo, portanto, uma imagem de resistência ao regime Militar.

No que tange ao plano da visibilidade e das condições de existência enunciativa, os elementos que compõem a fotografia, como as mulheres de mãos dadas à frente, seguidas por outras pessoas segurando faixas e cartazes, apresentam-se de modo coeso e organizado, fazendo coro a tantos outros movimentos de resistência que se organizavam à época.

Dadas as condições de existência e possibilidade da Fotografia 1, podemos, 50 anos depois, apontar para um outro acontecimento que faz ecoar em nossa memória

³ Para saber mais sobre a história do feminismo no Brasil, recomenda-se ler *Uma história do feminismo no Brasil* (2003), de Céli Regina Jardim Pinto.

um já-dito discursivo imagético, considerando as relações entre imagens que produzem os sentidos entre si, ou seja, que produz uma interconicidade. Isso porque, em 2018, temos um acontecimento significativo na história contemporânea do Brasil, trazendo à tona questões de gênero, política e ativismo digital. O Movimento #elenão, surgido em 2018 em oposição ao candidato presidencial Jair Messias Bolsonaro, exemplifica o poder contemporâneo da imagem na mobilização política. Nas redes sociais, a hashtag #elenão se espalhou rapidamente, acompanhada de imagens que denunciavam discursos e práticas consideradas autoritárias, misóginas e discriminatórias. A imagem digital, nesse contexto, tornou-se uma ferramenta central de resistência, permitindo que indivíduos e grupos expressassem solidariedade e contestassem os discursos dominantes que promoviam a desigualdade e a opressão.

Todo esse movimento virtual, liderado e organizado por mulheres, culminou em atos que ocorreram de modo concentrado, nos dias 29 e 30 de setembro de 2018, em várias cidades do Brasil e do mundo. É a partir desse acontecimento discursivo que apresentamos a segunda fotografia, feita por Breno Thomé Ortega, do Coletivo *Don't Blink*, em Maringá/PR, em 2018, no movimento #elenão.

Fotografia 2 - Coletivo *Don't Blink*



Fonte: Arquivo pessoal. A página coletivo da rede não está mais no ar.

Na imagem, vemos um grupo vibrante de jovens, de braços dados na manifestação contra o candidato à Presidência Jair Messias Bolsonaro (PSL), evocando a imagem histórica das mulheres durante a Ditadura Militar, que discutimos anteriormente, comparando, assim, às formas pré-construídas do discurso “já-dado”.

Este grupo diversificado é composto por indivíduos de diferentes origens étnico-raciais, gêneros e orientações sexuais, incluindo mulheres e representantes LGBTTTQIA+⁴. Alguns desses manifestantes estão vestindo camisetas com emblemas que simbolizam os movimentos minoritários aos quais pertencem, adicionando uma dimensão de identidade e união à cena. É preciso destacar que a presença de bexigas lilás nos leva ao movimento feminista, uma vez que esta cor tem sido historicamente uma cor simbólica do feminismo, representando a luta pela igualdade de gênero. Já as bexigas brancas, também presentes na imagem, são frequentemente usadas para simbolizar a paz e a unidade. Essas cores foram utilizadas em diversas manifestações, protestos e campanhas feministas ao redor do mundo.

Destaca-se, ainda, que na imagem um cartaz com as inscrições "ele não", indica claramente o posicionamento do grupo contra uma determinada figura política e seus posicionamentos ideológicos, que, como mencionado, eram autoritários, misóginos e discriminatórios. Ao fundo, mais pessoas podem ser vistas participando da manifestação, sugerindo apoio à causa. A atmosfera é de determinação e esperança, com os manifestantes expressando sua oposição às ideologias discriminatórias e reivindicando seus direitos e igualdade, o que é perceptível pelo movimento da boca capturada pela fotografia, que sugere o uso de palavras de ordem naquele momento. A cena é colorida e dinâmica, refletindo a energia e diversidade do movimento de protesto.

De 1968 a 2018, uma série de acontecimentos discursivos marcaram época, resultando em mudanças significativas. Durante esse período, não apenas o movimento feminista cresceu em influência, mas também outros grupos, que historicamente estiveram à margem da sociedade, encontraram espaço para expressar suas vozes e demandas, incluindo negros, gays, lésbicas, transexuais e travestis. O que observamos é a formação de um arquivo histórico, conforme denominou Foucault (1996), o qual vai além do simples armazenamento de documentos e do ordenamento de uma linha temporal contínua. O arquivo estabelece regularidades específicas que determinam como certos enunciados podem ser apagados ou mantidos ao longo do tempo, dependendo das condições sócio-históricas e das racionalidades discursivas vigentes.

⁴ Optamos teoricamente pela sigla LGBTTTQIA+, em detrimento de outras configurações. Nossa escolha está pautada no entendimento de que ao nomearmos as comunidades que compõem o movimento estamos colocando-as em estado de visibilidade e de dizibilidade. As comunidades que integram o movimento LGBTTTQIA+ são, respectivamente: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e o "+" (mais) que identifica outras identidades de gênero e outras orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo.

Isso implica que o arquivo não é apenas uma estrutura estática, mas dinâmica, moldando e sendo moldado pelos enunciados que contém.

Nas palavras de Foucault (1996, p. 147):

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas.

Nesse sentido, quando olhamos para as materialidades em análise é possível perceber o ressurgimento de certos "ecos" que representam a ressonância de questões e lutas anteriores, que continuam a ecoar e a ganhar força, mesmo que de maneiras sutis, ao longo do tempo. As materialidades imagéticas em análise revelam haver um "status" identitário de tais enunciados. Os discursos nos quais se inscrevem são autenticados e ocupam um campo singular e monumental, para o qual se destinam todos os demais que com eles mantêm essa mesma identidade (Tasso, p.118).

Ao considerar esses ecos perceptíveis nas fotografias 1 e 2, é necessário pontuar, ainda, que as eleições de outubro de 2018 são as primeiras eleições gerais, depois do golpe que tirou a presidenta Dilma Rousseff da presidência, em abril de 2016. Nesse contexto, abriu-se uma polarização política no Brasil e o candidato à presidência, Jair Bolsonaro (PSL), em sua vida política, ganhava cada vez mais espaço, principalmente nas redes sociais, devido às suas declarações machistas, misóginas, racistas e homofóbicas. Dentre algumas dessas declarações, destacamos a afirmação machista e misógina, proferida na tribuna da Câmara, em microfone aberto, de que não estupraria a colega Maria do Rosário (PT-RS) porque ela "não merece", sugerindo que nós, mulheres, somos estupradas porque merecemos, isso em um país que, segundo o mapa da violência, de 2018, ocupa a 5ª colocação no *ranking* mundial de feminicídios⁵ e onde, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança, uma mulher é estuprada a cada 11 minutos⁶.

⁵ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>>. Acesso em 01/08/2023.

⁶ Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/>>. Acesso em 01/08/2023.

Ainda sobre as declarações, o presidente, em entrevista à revista Playboy, edição de 2018, disse que seria incapaz de amar um filho homossexual, afirmando que: “Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí” (Playboy 2018, s/p). Em uma declaração feita em 2017 no Clube Hebraica, com um viés racista, ele afirma que: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais”. Ao falar do peso do quilombola em arrobas, o militar reformado traça uma comparação com um animal e, ainda, ao mencionar que “nem para procriar ele serve mais”, traz à memória o período escravagista, em que, além de trabalhos braçais, os negros eram forçados a ter relações sexuais entre si e aumentar a quantidade de força “produtiva” escrava.

Diante de todas essas declarações que ferem e fazem dos grupos minoritários⁷ seu alvo e da persistência da liderança do candidato do PSL nas eleições é que surgiu o movimento #Elenão. Esse movimento teve seu início nas redes sociais e, em 29 e 30 de setembro, ganhou as ruas, sendo considerado por alguns meios de comunicação, como a BBC, como a maior manifestação de mulheres da história do Brasil⁸.

As *hashtags* se tornaram uma prática de ativismo que serve para “identificar e agrupar conteúdos, facilitando a pesquisa de informações correlatas” (Natansohn e Reis, 2017, p.119). No Brasil, muitas campanhas têm utilizado essa ferramenta, sobretudo as feministas como em: #primeiroassédio, #meuamigosecreto, #mulherescontracunha, #belarecatadaedolar, dentre outras. Sendo assim, ainda segundo as autoras citadas, as *hashtags* têm a capacidade de congregar diferentes vozes e amplificar debates e campanhas.

A *hashtag* seguido do elenão é uma oposição a tudo o que Bolsonaro representa, ou seja, quando usado o #elenão, diz-se não ao racismo, não à misoginia, não à homofobia, não ao machismo e todas as outras representações que são alvos dos seus discursos.

Sendo assim, ao pensarmos nessas duas fotografias que emergem em contextos sócio-históricos tão distintos, marcados por acontecimentos tão singulares e separados por meio século, evoca-se uma memória discursiva, uma vez que reestabelecem uma ligação daquilo que *foi* com aquilo que *é*. Uma memória imagética

⁷ Grupos minoritários não se referem a um número menor de pessoas, à sua quantidade, mas sim a uma situação de desvantagem social.

⁸ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: Acesso em 01/08/2023.

que possibilita, em um funcionamento discursivo, contrastar posições- sujeitos distintas, além de fazer “ressurgir em nós outras imagens, quer essas imagens tenham sido já vistas ou simplesmente imaginadas” (Courtine, 2013, p. 160).

Por fim, apresentamos a terceira fotografia, que em sua singularidade também evoca uma memória discursiva diante das outras materialidades:

Fotografia 3 - Jornal O Globo



Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/lula-sobe-rampa-do-planalto-acompanhado-de-catadora-metalurgico-pessoa-com-deficiencia-e-indigena-saiba-quem-sao.ghtml>.

Acesso em: 12 mar. 24.

A imagem fotográfica acima retrata o atual presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ascendendo à rampa do Palácio do Planalto, em Brasília, em meio a representantes da comunidade brasileira. Entre eles, encontram-se homens e mulheres de diversas idades, etnias e origens sociais, incluindo um indígena, cujos acessórios específicos ressaltam sua identidade cultural, uma criança negra, uma pessoa com deficiência, e até mesmo sua cachorrinha. Ao fundo, ainda que em desfoque, é possível discernir a presença de uma multidão que testemunha o momento solene, o predominante uso da cor vermelha, cor símbolo do partido político do presidente, é notável neste segundo plano, o que ressalta a afinidade política do evento. A disposição dos soldados, suas vestimentas e as bandeiras nas laterais da imagem emolduram a cena, conferindo-lhe um caráter de importância e solenidade.

Arelado às fotografias presentes neste estudo, o acontecimento que marca discursivamente essa imagem remonta há um pouco mais de 4 anos após as

manifestações do movimento #elenão. O registro foi feito em 1 de janeiro de 2023, durante a posse do atual presidente da República. Nesse contexto, o presidente rompe com o protocolo ao subir a rampa do Palácio do Planalto para receber a faixa presidencial com diferentes representantes de grupos minoritários da população brasileira, diante da ausência do ex-presidente Jair Bolsonaro, que se recusou a participar da cerimônia, quebrando assim a tradição de passar a faixa presidencial ao próximo representante.

Essa ruptura evidencia práticas discursivas significativas. Um exemplo disso é o fato de Aline Sousa, uma catadora de 33 anos do Distrito Federal, ser a responsável por colocar a faixa em Lula. Além disso, é importante destacar que o presidente subiu a rampa de mãos dadas com duas pessoas de forte representação cultural: à sua direita, o cacique Raoni Metuktire, de 90 anos, reconhecido mundialmente como líder na luta pelos direitos indígenas no Brasil, e à sua esquerda, Francisco, um menino negro de 10 anos. Essa composição visual reflete não apenas uma quebra de protocolo, mas também um movimento simbólico de inclusão, diversidade e pertencimento daqueles que foram atacados pelo discurso bolsonarista, um discurso que feria, sobretudo, a existência de pessoas negras, indígenas, mulheres e a comunidade LGBTQIA+.

Como um monumento a ser inserido em um arquivo histórico de discursos em que o poder se exerce, na medida em que decide o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, emerge uma representatividade que transcende a simples presença institucional. Aqui, testemunhamos a figura política, símbolo de uma instituição investida de poder, em uma configuração inusitada, posicionando-se ao lado das vozes populares. Em contraste com as imagens anteriores, onde o embate era direto e confrontativo com as estruturas de poder estabelecidas, esta cena é marcada por uma coexistência e interseção de vozes. Não apenas são postas as reivindicações por direitos, reconhecimento e expressão cultural por parte dos manifestantes, mas também a subversão das dinâmicas de poder tradicionais.

Nesse novo contexto, há uma interseção de vozes, uma coexistência entre o poder institucional e as demandas populares, revelando uma complexidade discursiva entre poder, saber e resistência. As condições de possibilidade, existência e emergência das práticas de resistência apontam para uma configuração discursiva em que não apenas as reivindicações populares ganham destaque, mas também há uma disposição do representante político para reconhecer e dialogar com essas vozes. Isso

demonstra uma alteração na dinâmica de poder, em que o exercício deste não é fixo ou hegemônico, mas sim mutável e distribuído horizontalmente, desafiando as estruturas de poder estabelecidas.

No caso em análise, a recusa do ex-presidente em participar da cerimônia tradicional de transmissão da faixa presidencial desencadeou as condições de emergência para uma nova configuração de representação política, ou seja, a ruptura com o protocolo estabelecido, provocado pelo ex-presidente, gerou a condição de possibilidade de a figura política do presidente Lula se ver em um novo cenário, ao lado dos manifestantes e representantes de diferentes grupos sociais. Essa ação desafiou as estruturas de poder tradicionais e abriu espaço para um diálogo mais direto e inclusivo com as demandas populares.

Quanto à condição de existência da materialidade apresentada, nesse caso, ela está intrinsecamente ligada aos ecos das imagens trabalhadas anteriormente, aquelas relacionadas à imagem do movimento #elenão e à imagem referente à Ditadura Militar. A imagem capturada durante o Regime Militar do Brasil evoca um período de autoritarismo e repressão no Brasil, marcado por violações dos direitos humanos e restrições às liberdades civis. Essa memória coletiva influencia a forma como as pessoas percebem o exercício do poder e as relações entre governantes e cidadãos. O movimento #elenão, por sua vez, representou uma mobilização significativa da sociedade brasileira contra determinadas políticas e discursos representados pelo então candidato à presidência Jair Bolsonaro.

Essas manifestações destacaram a diversidade de vozes e perspectivas dentro da sociedade, incluindo reivindicações por direitos, reconhecimento e expressão cultural por parte de diferentes grupos sociais, como mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+ e outros sujeitos marginalizados, as mesmas vozes que ascenderam ao lado do atual presidente da república. Ao observar a interação entre o presidente Lula e os representantes desses marginalizados durante sua posse, podemos entender que esses eventos não ocorrem ao acaso, mas são moldados por essas condições de existência, recuperando um “sempre já dito” ou, no caso das imagens, um “sempre já visto”. Essa análise nos permite compreender como as condições de existência, influenciadas pelos ecos do movimento #elenão e da memória da Ditadura Militar, moldam as interações políticas e sociais no Brasil contemporâneo. Esses eventos não apenas refletem as lutas e demandas da sociedade, mas também destacam a

complexidade das relações de poder e resistência em um contexto democrático em constante processo. A intericonicidade supõe, portanto, evidenciar a ligação da relação entre as imagens apresentadas.

Considerações finais

Diante das discussões apresentadas, podemos concluir que o conceito de intericonicidade, compreendido como um "eco", um "sempre já da imagem", pressupõe a "relação de conexões de imagens, imagens exteriores ao sujeito, como quando uma imagem pode ser inserida numa série de imagens, uma arqueologia, à maneira do enunciado numa rede de formulações junto a Foucault" (Courtine, 2013, p. 44).

Se, conforme discutido por Courtine (2013), a imagem é um enunciado, é possível então considerá-la em sua (co)existência e emergência numa rede, numa correlação com outros enunciados imagéticos que a antecedem, sucedem ou coexistem. Assim, as imagens analisadas mantêm essa relação de intericonicidade, pois possibilita uma memória discursiva que traz à tona um saber sobre uma determinada condição sócio-histórica e cultural dos sujeitos.

Assim sendo, a análise das materialidades apresentadas evoca e convoca toda uma memória e história da construção dos movimentos sociais diante do apagamento e silenciamento das vozes marginalizadas socialmente. Essa produção de sentidos pode ser evocada pelos corpos que constituem essas fotografias, corpos-discursos, pois para Courtine (2013), o corpo é uma superfície de inscrição histórica, uma materialidade que constitui uma memória e uma historicidade.



Quadro 1 - Panorama das materialidades analisadas

A análise da relação entre imagem, memória e acontecimento à luz dos Estudos Discursivos Foucaultianos nos permite compreender como as representações visuais influenciam a percepção e interpretação dos eventos históricos. Desde a Ditadura

Militar, passando pelo Movimento #EleNão até a tomada de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as imagens têm desempenhado um papel fundamental na construção da memória coletiva e na mobilização política. Reconhecer o poder discursivo da imagem é fundamental para uma análise crítica da história e da cultura, além de ser crucial para a promoção de uma sociedade mais justa e democrática. Esse reconhecimento permite valorizar e respeitar a diversidade de vozes e perspectivas, refletindo a importância dos enunciados imagéticos como material de análise consolidado nos Estudos Discursivos Foucaultianos, tanto no Brasil quanto internacionalmente.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa brasileira pós-1974*. Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. V. 12, n. especial, 2004. p. 37-55.
- COSTA, Arthur Souza. *A imagética da resistência: o registro da repressão civil militar no Brasil pelas lentes de Evandro Teixeira (1964-1968)*. Brasília, 2019.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Trad. FERNANDES, Cleudemar Alves. *Fotografia, narrativa visual em discursividade*. In: Ismara Tasso; Valéria Oliveira. (Org.). *Domínios e dispositivos técnicos, tecnológicos e das tecnologias e(m) discurso: A formação dos conceitos*. 1ed. Campinas: Pontes, 2015, v. 1, p. 225-240.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- _____. *A Arqueologia do Saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira Silva. *Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a "Primavera Feminista" brasileira*. Tríade, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, p. 113-130, dez. 2017.
- TASSO, Ismara. *Discurso em imagem: verdade, fotografia-documentário e inventário do real*. *Revista Científica Ciência em Curso – R. cient. ci. em curso*, Palhoça, SC, v. 2, n. 2, p. 113-124, jul./dez. 2013.
- VEYNE, Paul. *Foucault: Seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.